

# A tentativa de cassar novos mandatos

RICARDO A. SETTI

O governo ainda não deu mostras ao Congresso de que pretenda recuar de seus propósitos de cassar o mandato do deputado Hermano Alves e, também, o do deputado Márcio Moreira Alves. Quanto a este, parecem não ter surtido efeito as ponderações feitas ao ministro Gama e Silva de que o discurso considerado ofensivo às Forças Armadas foi proferido no exercício de mandato parlamentar, o que torna imune o deputado.

Pensava-se que a pretensão punitiva contra Márcio Moreira Alves, esbarrando no obstáculo do artigo 34 da Constituição, fôsse arrefecer. Tal, contudo, não se deu, e ontem parecia evidenciado, a julgar pelas informações da área parlamentar, que as iras militares se voltam em grau maior justamente contra Márcio Moreira Alves.

O Congresso está julgando a gravidade dos fatos baseado na sua origem. Sabe-se — e as informações neste sentido são seguras — que a idéia de processar-se os parlamentares cariocas surgiu de uma representação ao presidente da República encaminhada pelos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica. O presidente encaminhou o assunto ao ministro da Justiça, que exarou parecer aprovando a iniciativa.

Ontem, a área política pressionava o senador Daniel Krieger para que levasse ao presidente da República a série de preocupações que assola o Congresso. A intenção de processar os dois deputados foi recebida de maneira bastante desfavorável na Arena, por motivos óbvios. Se por mais não fôsse, ao menos porque o governo está criando uma crise.

O que preocupa a direção da Arena é a possibilidade de o episódio colocar em confronto o Congresso e as Forças Armadas, ou o poder civil com os setores militares. É isso que, a todo custo, a moderação dos círculos arenistas mais responsáveis tentará evitar, com margem de êxito imprevisível, ao menos por ora.

Alguns arenistas mostram-se, mesmo, irritados. É o caso do deputado Brito Velho, cuja reação é proporcional à sua exuberância: "Apenas a ignorância extrema ou a mais desvairada paixão poderiam considerar críticas ou agravos pessoais a determinados membros das Forças Armadas, justificados ou não, sejam os atingidos homens ilustres ou indignos de respeito, como atividade subversiva, contrário ao regime, não se configurando, de longe que o seja, tentativa de desmoralizar ou destruir aquilo que tanto prezamos — nosso Exército, nossa Marinha, nossa Aviação que, em verdade, são tantos nossos, dos civis, quanto de seus mesmos componentes, porque do povo brasileiro. Não é preciso ser jurista eminente ou professor universitário

para saber do acerto do que digo. Sabe-o qualquer advogado de roça".

No Mdb, considera-se uma ameaça ao Congresso e à própria imprensa a intenção de suspender os direitos políticos dos deputados cariocas. Ontem, o gabinete executivo nacional do partido reuniu-se durante mais de uma hora, tendo sido consideradas dissipadas as dúvidas que ainda poderiam pairar sobre o assunto. À saída, o líder Mário Covas, encarregado de falar em nome do partido, enfatizou que não aceita, em hipótese alguma, colocar a questão em termos de choque entre o Congresso e as Forças Armadas. Mesmo tendo partido dos ministros militares a sugestão para que se aplicassem medidas restritivas aos parlamentares, Covas vê o dedo de uma "cúpula militar que fala em nome das Forças Armadas".

A oposição considera particularmente grave o episódio por poder vir a constituir-se em perigoso precedente que, em última análise, significaria a abdicação das imunidades parlamentares e, como passo posterior, das próprias funções do Congresso. Igual gravidade atribui ao fato de se querer punir o deputado Hermano Alves pela manifestação de suas opiniões através da imprensa. Os opositoristas também vêem o perigo do precedente, o passo inicial a possíveis manobras futuras para calar a imprensa. Daí para uma "ditadura total" — consideram os opositoristas — o caminho seria curto, cada vez mais curto.

Na verdade, a afirmativa dos arenistas de que o governo está criando crise é certíssima. Como a pretensão de punir os deputados veio a público, através da maioria dos órgãos de imprensa, e com riqueza de informações e detalhes, ao governo não será fácil desmenti-la. Significaria um recuo, e este governo, como se sabe, prima por não querer agir sob pressão.

Por outro lado, admitindo-se — como a maioria dos políticos admite — que o governo agiu sob inspiração militar, terá ele condições de recuar? Além do mais, decidindo-se o governo pela representação junto ao Supremo Tribunal Federal, arrisca-se a ser derrotado na Câmara, que apreciará o pedido de licença para que os deputados sejam processados. E não é difícil dizer qual será o resultado, em caso de a Câmara negar a licença.

O senador Daniel Krieger — que reflete as crises no semblante — ontem estava pouco menos que sombrio. Logo no início da tarde, procurou Hermano Alves discretamente para recomendar-lhe prudência. Resposta de Hermano: "Senador, eu vou fazer o mesmo que o sr. faria em meu lugar, e não o que o sr. me recomendaria que fizesse".